AMBIENTE & EDUCAÇÃO
Revista de Educação Ambiental
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental
Universidade Federal do Rio Grande - FURG
ISSN - 1413-8638 E-ISSN - 2238-5533

Artigos **Vol. 24, n. 2, 2019.**

Artigo recebido: 30/01/19
Artigo aprovado em: 04/11/19

ANALISE SOCIOAMBIENTAL DE UMA COMUNIDADE COSTEIRA AMAZÔNICA AMAPAENSE

SOCIO-ENVIRONMENTAL ANALYSIS OF AN AMAZON COASTAL AMAZON COMMUNITY

Raimunda kelly Silva Gomes[1]
Robson da Costa Ferreira[2]
Francele Benedito Baldez de Sousa[3]

RESUMO
Este artigo tem objetivo analisar as questões socioambientais dos moradores da comunidade de Jaranduba, na zona costeira amazônica, arquipélago do Bailique- AP, localizada a 185 km da capital do estado (Macapá). A metodologia pautou-se em observação direta, entrevistas semiestruturadas e *check list* dos principais problemas ambientais locais. Os resultados apontam que a maioria dos investigados possuem baixos níveis de escolaridade, e as atividades de pesca e agricultura de subsistência é que garantem o sustento das famílias. Enquanto que os principais problemas socioambientais são: o lixo, o desmatamento e a erosão. Portanto, os problemas de caráter socioambiental evidenciados na comunidade, são ocasionados pela ausência de políticas públicas efetivas.
Palavras-Chave: Socioambiental; sustentabilidade; saberes; Amazônia.

ABSTRACT
This article aims to analyze the socio-environmental issues of residents of the community of Jaranduba, in the Amazon coastal zone, archipelago of Bailique-AP, located 185 km from the capital of the state (Macapá). The methodology was based on direct observation, semi-structured interviews and check list of the main local environmental problems. The results indicate that the majority of the investigated have low levels of schooling, and the activities of fishing and subsistence farming ensure the livelihood of families. While the main socio-environmental problems are: garbage, deforestation and erosion. Therefore, the socio-environmental problems evidenced in the community are caused by the absence of effective public policies.
Keywords: Socio-environmental; sustainability; knowledge; Amazon.

[1] Doutora em educação pela Universidade Federal do Pará.
[2] Estudante de iniciação científica da Universidade do Estado do Amapá como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq.
[3] Mestre em Desenvolvimento Regional, pela Universidade Federal do Amapá (2011).

1 INTRODUÇÃO

O processo de construção do desenvolvimento sustentável, em apoio aos desafios vinculados à gestão participativa, torna-se fundamental no contexto da sociedade contemporânea, entretanto, Sachs (2004) relata que é preciso uma nova compreensão das relações sociais no momento atual.

Segundo Capra (2006) a sobrevivência da humanidade depende da nossa capacidade de entender corretamente que os sistemas sustentáveis são possíveis, cabendo a nós criarmos sistemas de educação pelos quais as gerações futuras possam aprender os princípios e a planejar sociedades que os respeitem. Neste contexto, Sachs (2004) ressalta que:

> O Desenvolvimento sustentável obedece ao duplo imperativo ético da solidariedade com as gerações presentes e futuras, e exige a explicitação de critérios de sustentabilidade social e ambiental e de viabilidade econômica (p.36).

Para Gonçalves (2005), a dimensão de sustentabilidade social inerente ao conceito não diz respeito apenas ao estabelecimento de limites e restrições, à persistência do desenvolvimento, mas implica na ultrapassagem do econômico.

Por outro lado, Fernandes e Guerra (2006) abordam que o desenvolvimento sustentável deve possibilitar o desenvolvimento local, como um processo orientado e promovido a partir do território, no qual são introduzidas inovações, sejam elas técnicas ou sociais. Ao ter-se isso em vista, pode-se descrever esse processo como o conjunto de ações ocorridas, visando um aumento na criação de valor e na economia, geração de trabalho e renda e melhoria no bem-estar e qualidade de vida dos moradores locais.

A sustentabilidade ganha expressão na adjetivação do termo desenvolvimento, fruto da percepção de uma crise ambiental global. Com a noção de que o desenvolvimento tem, além de um cerceamento ambiental, uma dimensão social. Nessa, está contida a ideia de que a desigualdade social é provocadora de agressões ambientais e, por isso, a sustentabilidade deve contemplar a equidade social e a qualidade de vida dessa geração e das próximas (NASCIMENTO, 2012).

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN- 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 24, n. 2, 2019

No caso da Amazônia, Maués (2000) argumenta que, embora se valorize o desenvolvimento sustentável, desconhece-se que muito antes do atual movimento de defesa do meio ambiente e da ecologia, as populações tradicionais já tinham uma grande preocupação com essa questão. Daí a necessidade de incentivar o conhecimento da cultura das populações tradicionais amazônicas (MELO JUNIOR et al., 2013).

Por outro lado, a Amazônia é uma região que se constitui de uma enorme diversidade cultural, ambiental, social e política. Todavia a intensa desigualdade social produziu ao longo de sua história, baixo nível de escolaridade, com altos índices de analfabetismo e pouca especialização para os trabalhos educacionais mais complexos e capazes de atender as demandas sociais da atualidade (LOUREIRO, 2010, p. 117).

Neste sentido, Veiga (2008) argumenta que as tensões sociais são inevitáveis e as conseqüências continuam a ser o crescimento econômico dos donos do capital e a exclusão social, a pobreza e a violência entre a maioria da população menos favorecida que habita no interior da Amazônia.

Nesta perspectiva, a valorização dos conhecimentos tradicionais surge como uma alternativa capaz de auxiliar na conservação de áreas naturais remanescentes. Porém, para que isto aconteça, faz-se necessário que estes conhecimentos sejam compreendidos e analisados como uma probabilidade para a conservação da natureza. As populações tradicionais passaram a ser consideradas importantes como atores responsáveis pela proteção do ambiente natural no qual estão inseridas (PEREIRA; DIEGUES, 2010).

As populações tradicionais amazônicas, possuem conhecimentos transmitidos oralmente e relacionados diretamente aos seus aspectos culturais e ao uso e manejo dos recursos naturais.

Para Diegues (1996) as populações tradicionais possuem uma relação única e profunda com a natureza e seus ciclos, através da utilização de técnicas prioritariamente baseadas na disponibilidade dos recursos naturais, adequando-se ao que a natureza tem a oferecer.

Para Cunha (1999, p. 156), a interdependência entre os “saberes dos antigos” e o cotidiano das populações conduz à compreensão dos

conhecimentos tradicionais como “produtos históricos”, constituídos pela continuidade e transformação dos seus conteúdos. A inserção destes elementos na composição dos conhecimentos tradicionais coloca a transmissão oral como um dos pontos imprescindíveis para o processo de produção dos mesmos e demonstra a intensa conexão que existe entre as características das populações tradicionais e seus respectivos conhecimentos com o mecanismo de difusão utilizado (PEREIRA; DIEGUES, 2010).

O Estado do Amapá, possui 48% do território são de áreas protegidas, fato que tem contribuído para uma ocupação racional da terra e exploração dos recursos naturais. Todavia, as crescentes pressões antrópicas sobre os ecossistemas têm gerado sérios problemas de caráter socioambiental em áreas costeiras como: desmatamento, ausência de serviços e infraestrutura, uso e ocupação inadequada.

Destaca-se que um dos desafios para a implementação da gestão costeira integrada em comunidades tradicionais da Amazônia Amapaense, tem sido compreender as relações socioambientais de uso do território, numa compreensão mais complexa da dinâmica territorial local (GOMES et al., 2011).

Cabe lembrar que as informações sobre os aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e os sistemas naturais são fundamentais para a gestão das zonas costeiras (SILVA et al., 2013; PEREIRA et al., 2010; LOUREIRO, 2010). Todavia, a gestão costeira não tem sido institucionalizada em órgãos governamentais ambientais, fato que tem contribuído para a ausência de fortalecimento de programas e atividades de qualificação profissional em comunidades costeiras da Amazônia brasileira (SZLAFSZTEINL, 2012).

Por outro lado, a carência de indicadores de sustentabilidade ambiental e a urgência de se estruturar sistemas que integrem dados ambientais fornecendo subsídio a tomadas de decisões para o uso adequado do meio ambiente são os grandes desafios da atualidade no estado do Amapá.

Logo, Gomes et al. (2011), afirma que são necessárias, políticas públicas eficazes que viabilizem o planejamento e uso adequado dos recursos

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN- 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 24, n. 2, 2019

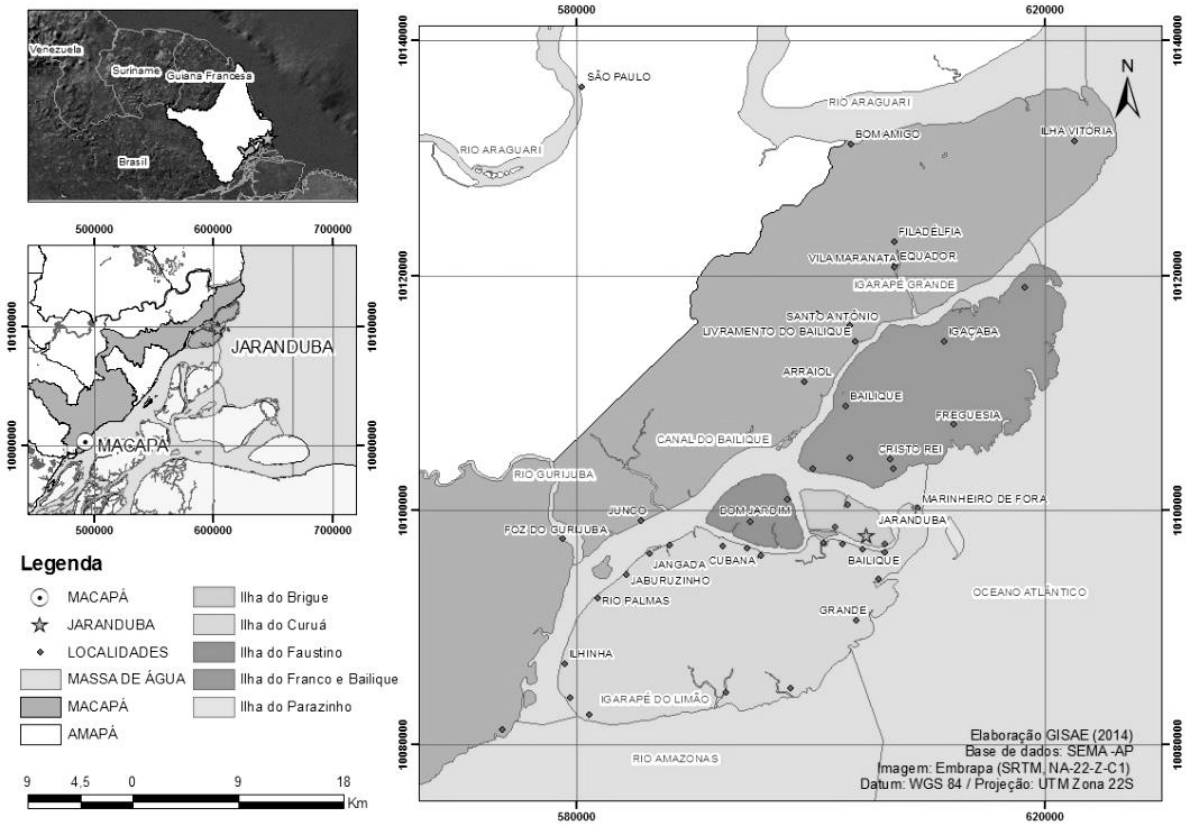
naturais da zona costeira da Amazônia amapaense. Diante disso, este estudo teve como objetivo analisar as questões socioambientais dos moradores da comunidade de Jaranduba, na zona costeira Amazônica, arquipélago do Bailique- AP.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 Área de estudo

A comunidade Jaranduba pertence ao distrito do Arquipélago do Bailique, situado no município de Macapá-AP, às proximidades da foz do rio Amazonas com o Oceano Atlântico, entre os paralelos 00° 44' - 01° 15' N e meridianos 49° 54' – 50° 19' GW, limites ao Norte com o rio Araguari e ao Sul com o Canal do Norte, a leste com o Oceano Atlântico e a Oeste com a região do Pacuí, situado a aproximadamente 185 km da capital do estado (Macapá) (Figura 01).

Figura 01 - Área de estudo, comunidade Jaranduba, arquipélago do Bailique, município de Macapá no Estado do Amapá.



Fonte: GISAE (2014).

O acesso ao arquipélago do Bailique ocorre apenas por via fluvial pelo rio Amazonas, com duração em média de 12 horas de viagem.

A comunidade de Jaranduba, possui uma escola que oferta o Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), e para cursar as demais etapas de ensino é necessário o deslocamento para a comunidade de Vila Progresso, por meio de transporte fluvial.

Quanto a estrutura das moradias, a maioria são suspensas em madeira, tipo de comunidades ribeirinhas amazônicas. A distribuição de energia é proveniente de geradores particulares e individuais (no momento da pesquisa-2014 a 2015).

2.2 Procedimento Metodológico

Este trabalho de pesquisa pauta-se em um estudo de caso, de acordo com Yin (2010), por ser o mais adequado para este tipo de investigação e por almejar o conhecimento de uma realidade específica que se concentra sobre o estudo de um determinado contexto particular. A pesquisa se fundamenta em uma abordagem quali-quantitativa, pois de acordo com Gunther (2006), a mesma permite, através da interpretação dos dados coletados, descrever e analisar os fenômenos envolvidos no meio em que vivem.

Questionários e entrevistas de caráter socioambiental foram aplicados com 52% (n=13) das famílias da comunidade Jaranduba, com o responsável de cada casa, com o intuito de conhecer o perfil censitário da população (sexo, idade, estado civil, escolaridade, renda, fonte de renda, os tipos de uso e ocupação), assim como a percepção dos moradores sobre o uso dos recursos naturais e dos conhecimentos tradicionais voltados para o extrativismo animal e vegetal local.

Por outro lado, foi feito um levantamento dos serviços e infraestrutura disponíveis, assim como um *check list* dos principais problemas ambientais, através da observação ‘‘*in loco*’’. E por fim, o tratamento dos dados ocorreram por meio do pacote estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*).

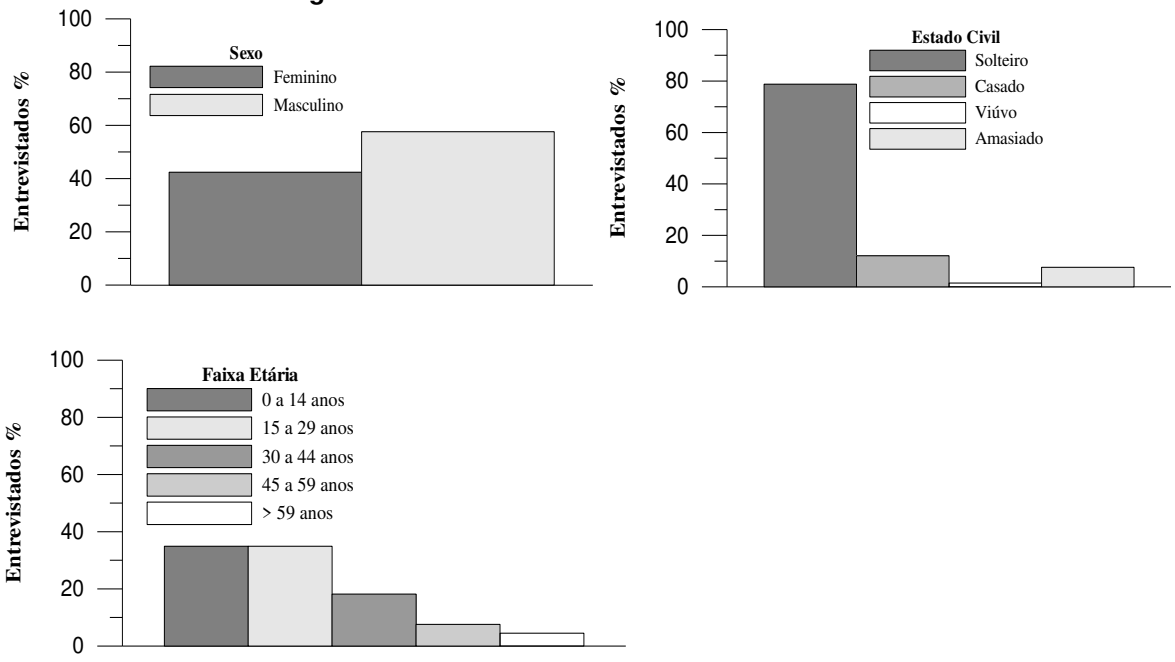
AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN- 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 24, n. 2, 2019

3 RESULTADOS E DISCUSÃO

3.1 Perfil socioeconômico

A comunidade Jaranduba possui um total de 25 famílias, das quais 52% (n=13) foram entrevistadas, sendo 57,6% do sexo masculino e 42,4% do feminino, dos quais 78,8% são solteiros, na faixa etária de 0 a 29 anos (69,6%) (Figura 02), em que é perceptível que a maioria da população é jovem, fato ocasionado pelas altas taxas de natalidade em comunidades ribeirinhas da Amazônia amapaense (GOMES et al., 2011).

Figura 02 - Perfil dos moradores de Jaranduba.



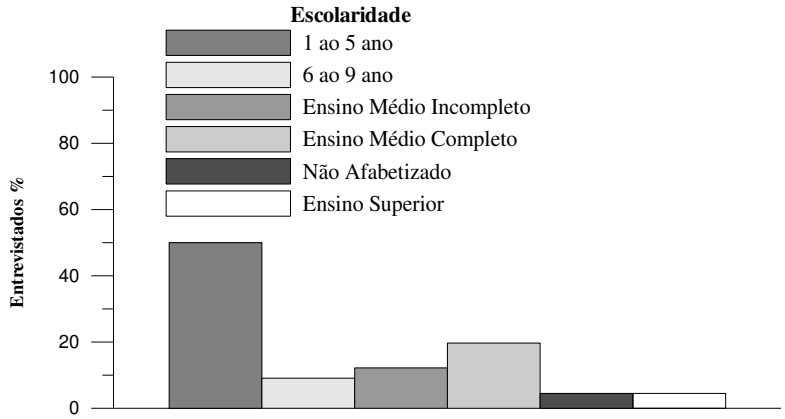
Fonte: Autores (2017).

Destaca-se que geralmente as famílias de comunidades ribeirinhas amazônicas são grandes e vivem no mesmo espaço, com várias gerações da família morando mesma casa e compartilhando suas rendas em uma ajuda mútua. Segundo Lira e Chaves (2016) as comunidades ribeirinhas apresentam, um modo particular de vida, tais como, uso do território, uso e manejo coletivo dos recursos locais.

O nível de escolaridade dos moradores é relativamente baixo, já que 50% dos moradores possuem ou estão cursando o ensino fundamental I (do 1°

ao 5° ano), 9,1% o fundamental II (6º ao 9º ano), 12,2% possuem o ensino médio incompleto, 19,7% concluíram o ensino médio, 4,5% não são alfabetizados e, apenas 4,5% concluíram o nível superior (Figura 03). Esses resultados são extremamente preocupantes, pois a qualidade do ensino e o baixo investimento nas escolas da região são fatores que influenciam no aumento do nível de indivíduos fora da escola.

Figura 03 - Nível de escolaridades dos habitantes de Jaranduba.



Fonte: Autores (2017).

Cabe lembrar que a Amazônia é uma região que se constitui de uma enorme diversidade cultural, ambiental, social e política. Todavia a intensa desigualdade social produziu ao longo de sua história, baixo nível de escolaridade, com altos índices de analfabetismo e pouca especialização para os trabalhos educacionais mais complexos e capazes de atender as demandas sociais da atualidade (LOUREIRO, 2010).

De acordo com Gomes (2015) as escolas ribeirinhas amazônicas amapaense possuem precárias condições físicas, bem como a carência do corpo técnico- pedagógico da escola, o que leva muitas vezes o professor regente assumir diversas funções no ambiente escolar, como por exemplo, merendeiro, secretario, diretor e orientador educacional. Além desses impasses para a efetivação de uma práxis pedagógica focada no processo de ensino/aprendizagem existem as dificuldades de acesso à escola, pois muitas vezes dependem as enchentes e vazantes de maré, bem como da disponibilidade de transporte fluvial para chegar a escola. Além disso, a

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN- 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 24, n. 2, 2019

distância que as crianças, jovens e adolescentes enfrentam para chegar a escola acaba contribuindo para que muitos desistam já nas series iniciais.

Mota Neto e Oliveira (2004), ressaltam que a constante rotatividade dos professores e a baixa autoestima dos educandos contribuem para elevados níveis de evasão escolar na região, devido as dificuldades para ter acesso a escola, e que se geralmente é preciso se deslocarem para a capital (Macapá).

Quanto à ocupação das famílias da comunidade Jaranduba, verificamos a pesca como a mais citada por 38,5% dos entrevistados, seguida pela agricultura familiar (23,1%).

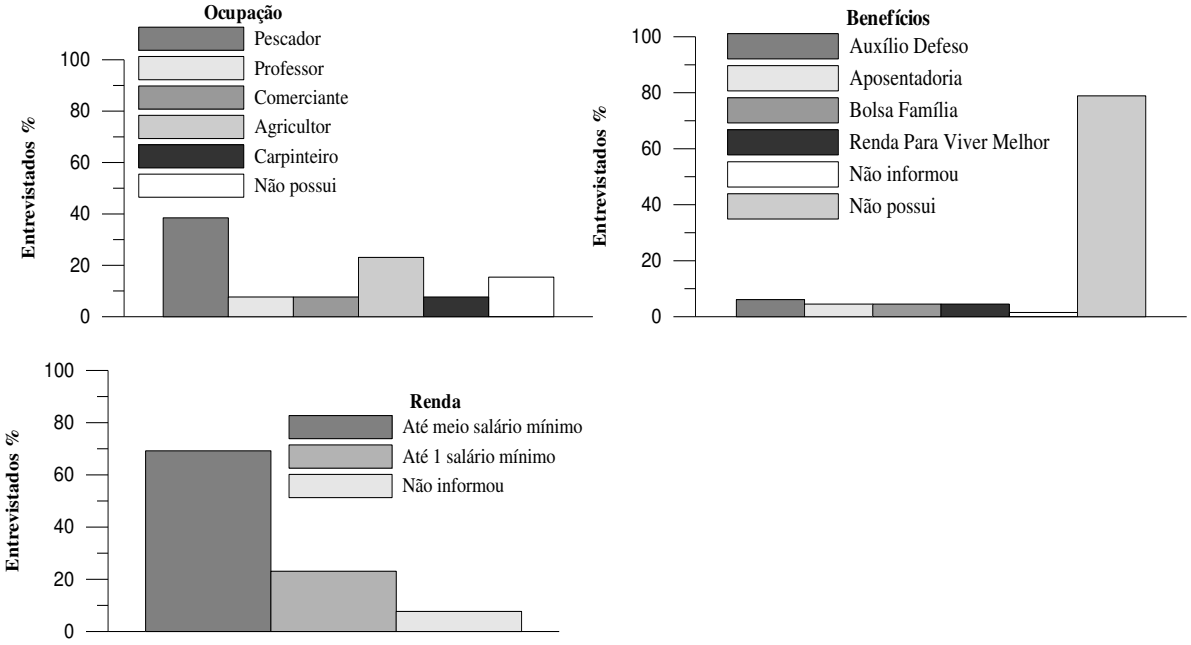
De acordo com Moraes et al. (2016), a pesca geralmente está associada à atividade rural, sobretudo quando se trata do Amazonas onde, além de sua importância para a obtenção de renda, os ribeirinhos a consideram como uma das principais atividades de subsistência (DIEGUES, 2004).

Destaca-se que as atividades produtivas desenvolvidas pelas famílias da comunidade de Jaranduba de um modo geral garantem seus sustentos, no entanto, possuem como principais fontes de renda os benefícios oriundos de programas sociais dos governos Federal e estadual (figura 04).

Neste contexto, identificamos que 69,2% das famílias possuem como renda de até meio salário mínimo (R$ 499,0); 23,1% um salário mínimo e 7,7% não informaram (Figura 04).

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN - 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 24, n.2, 2019

Figura 04 - Ocupação e renda das famílias da comunidade do Jaranduba.



Fonte: Autores (2017).

Nesta perspectiva, Diegues (1996) aborda que a composição da renda não pode ser vista apenas como renda declarada, uma vez que as populações insulares com dinâmica econômicas próprias, possuem atividades peculiares na garantia do sustento da família (extrativismo vegetal ou animal) que já constituem parcela da renda, teoricamente não contabilizada pelos moradores. E essa é uma realidade observada na comunidade de Jaranduba.

Por outro lado, Castro (2004) ressalta que as atividades dessas populações são complexas, pois constituem múltiplas formas de relacionamento com os recursos que asseguram a reprodução do grupo e possibilitam a construção de uma cultura integrada à natureza e formas apropriadas de manejo. Esses fatores demonstram a necessidade de políticas que visem a preservação dessa cultura e desses conhecimentos, visando o desenvolvimento da comunidade e a conservação do meio ambiente.

3.2 A atividade pesqueira na comunidade de Jaranduba

De acordo com os relatos dos moradores da comunidade de Jaranduba no arquipélago do Bailique, a atividade de pesca garante o sustento das famílias, assim como é uma das principais fonte de renda, no entanto,

ressaltam as dificuldades de venda, devido a distância da comunidade até a capital do Estado do Amapá (Macapá) (Tabela 01).

Tabela 01 - Peixes citados pelas 13 famílias entrevistadas na comunidade do Jaranduba, com os respectivos nomes populares, científico, frequência e o comprador.

Nome popular	Nome científico	Frequência (sim)	Comprador
Gurijuba	*Arius luniscutis*	23,1%	Patrão, não específico
Bagre	*Leiarius marmoratus*	76,9%	Comerciante local, patrão, intermediário, não específico
Tainha	*Mugil brasiliensis*	53,3%	Comerciante local, patrão, intermediário, não específico
Pratiqueira	*Mugil curema*	38,5%	Comerciante local, patrão, não específico
Uritinga	*Tachysurus Grandicassis*	15,4%	Patrão, não específico
Pescada gó	*Cynoscion leiarchus*	23,1%	Comerciante local, não específico
Pescada amarela	*Cynoscion acoupa*	15,4%	Não específico
Cação	*Carcharrhinus spp*	15,4%	Patrão, não específico
Pescada cururuca	*Cynoscion steindachneri*	7,7%	Intermediário
Jurupiranga	*Sciades passany*	7,7%	Patrão
Filhote	*Brachyplathystoma filamentosum*	7,7%	Comerciante local, não específico

Fonte: Autores (2017).

Doria (2016), enfatiza que a distância das comunidades pesqueiras aos grandes centros urbanos influencia a composição, valor e a captura da pesca realizada pelas famílias ribeirinhas.

Na comunidade Jaranduba, a pesca é uma das principais fontes de subsistência e renda das famílias, durante todo o ano, com exceção ao período de defeso, no entanto, 6,1% dos moradores relataram que pescam em épocas determinadas, fora dos períodos de reprodução dos pescados.

Segundo Andrade et al. (2011) a Política do Defeso, expresso na Lei 10.779/2003, pode ser avaliada como um divisor de águas na vida dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca, sendo uma das mais expressivas e

conhecidas leis inerentes a atividade de pesca no Brasil, isso porque atua em múltiplos aspectos: primeiro o da manutenção da fauna aquática e segundo a garantia de renda para os trabalhadores nos períodos em que a atividade pesqueira é proibida.

Destaca-se que os conhecimentos pesqueiros da região são repassados de uma geração para outra, mas muitos jovens acabam abandonando a escola devido as especificidades da atividade que muitas vezes não se adéqua ao calendário escolar. Diante disso, a comunidade necessita de projetos que visem essa integração entre a escola e o trabalho por meio de ações que expressem a resiliência da pesca na Amazônia (ALENCAR; SOUSA, 2017).

3.3 O uso de plantas medicinais na comunidade de Jaranduba

Na comunidade Jaranduba foram citadas cinco (5) plantas medicinais, a parte utilizada e a forma de uso (Tabela 02), sendo o boldo usado por 61,5% das famílias e 46,2% usam o *capim-marinho* também conhecido como *capim-limão.*

Tabela 02. Plantas medicinais utilizadas na comunidade do Jaranduba.

Nome popular	Nome científico	Frequência de uso	Parte utilizada	Uso local
Boldo	*Plectranthus barbatos* Andrews	61,5%	Folha	Dor de estomago
Capim-marinho	*Cymbopogon citratus* (DC.) Stapf	46,2%	Folha	Calmante para muitos tipos de dor
Erva-cidreira	*Lippia alba* (Mill.) N. E. Br*	23,1%	Folha	Calmante, combate o catarro
Babosa	*Aloe vera* (L.) Burm. f.*	23,1%	Folha/caule	Infecção, queimadura
Amor-crescido	*Portuca pilosa* L.*	38,5%	Folha	Inflamação

Fonte: Autores (2017).

O uso de plantas medicinais são conhecimentos que têm passado de geração em geração por via oral e na prática cotidiana. Estes conhecimentos tradicionais segundo Vásquez et al. (2014) são dominados por grupos de índios, caboclos, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, pescadores, pequenos produtores rurais e extrativistas, que são detentores de um vasto conhecimento sobre as plantas, o que o torna imprescindível para a comunidade científica.

Os conhecimentos tradicionais dos povos ribeirinhos amazônicos, em especial os das populações da zona costeira amapaense, são um conjunto de saberes que visam a auto-sustentação, a preservação do modo de vida e o desenvolvimento local. Isso tudo, apesar de não ser percebido por eles próprios, muitas das técnicas de exploração do ambiente são executadas de forma sustentável, que só mostram a importância da preservação e divulgação desses saberes.

Destacamos, que os conhecimentos com as plantas medicinais dos moradores da comunidade do Jaranduba, são fundamentais para diminuir as problemáticas relacionadas a saúde pública, devido a ausência de serviços médicos e ambulatoriais, realidade vivenciada pela maioria das comunidades tradicionais brasileiras isoladas dos centros urbanos.

O poder curativo de algumas plantas é uma das formas de relação entre populações humanas e plantas e as práticas relacionadas ao uso tradicional de plantas medicinais são o que muitas comunidades têm como alternativa para a manutenção da saúde ou o tratamento de doenças (GIRALDI; HANAZAKI, 2010).

De acordo com Teisserenc (2010), o ecossistema amazônico não se caracteriza somente pela riqueza de sua biodiversidade, mas também como o resultado de um conjunto de relações sociais e de antagonismos que caracterizam cada território, por meio das lutas sociais, e da importância das formas de conhecimento para a gestão dos recursos naturais próprios às populações tradicionais.

A Amazônia abriga um expressivo conjunto de povos indígenas e populações tradicionais que são detentores de um vasto conhecimento sobre as plantas e seu ambiente (VÁSQUEZ et al., 2014), os quais são passados de

geração em geração, por meio das histórias e memórias locais, intimamente interligado com as necessidades dos povos tradicionais como meio de garantir a sobrevivência humana (RODRIGUES e CARVALHO, 2001).

3.4 Principais Problemas ambientais na comunidade de Jaranduba

Os principais problemas ambientais apontados pelos moradores de jaranduba foi: o lixo, a queimada e a água para consumo humano.

No decorrer da pesquisa identificou-se que 53,8% do lixo produzido na comunidade é enterrado ou queimado, e 46,2% é coletado pela prefeitura, duas vezes por semana por meio de barco que leva os dejetos produzidos na ilha para a sede municipal (Macapá)

A ausência de serviços básicos como coleta de lixo regularmente tem colaborado para que os moradores joguem o lixo domestico produzido dentro do rio ou toquem fogo as margens do rio (95,4%), como alternativa de diminuição dos dejetos produzidos na comunidade. Vale ressaltar que embora a coleta de lixo seja feita duas vezes por semana pela prefeitura municipal, no decorrer da pesquisa verificou-se a ausência deste serviço por questões políticas partidárias.

Segundo Cei (2010), no Estado do Amapá é evidente as montanhas de lixo jogada aleatoriamente a céu aberto ou nas margens dos rios sem qualquer tipo de tratamento, o que tem evidenciado o contraste da crise ambiental entre a preservação da biodiversidade do estado mais bem preservado do Brasil e o acumulo de lixo e ausência de saneamento básico e suas consequências na saúde humana. Todavia, a omissão de políticas públicas necessárias para a inclusão das populações tradicionais da Amazônia e para a conservação ambiental, tendo resultado na insustentabilidade socioambiental na região (SIMONIAN et al, 2010).

É importante ressaltar que as queimadas podem ser amenizadas pela prática do manejo sustentável, pois é uma forma da comunidade garantir a subsistência sem prejudicar o meio em que está inserida. Vale destacar que a prática da queimada é antiga em comunidades tradicionais da Amazônia, pois

é através delas que constroem os roçados para cultivar os alimentos, pastos para a criação de animais e, até mesmo, o espaço para construírem moradias.

O abastecimento de água para consumo humano na comunidade de Jaranduba é diretamente do rio Amazonas, sem qualquer tipo de tratamento. No entanto, a comunidade pesquisada não possui saneamento básico, e os dejetos são levados diretamente ao rio. Neste sentido Magalhães (2015) ressalta que o direito ao saneamento básico, assim como todos os direitos humanos, decorre da dignidade humana que é inerente a todas as pessoas, todavia, a disponibilização deste serviço publico na área de estudo ainda é um desafio.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas socioambientais da comunidade pesquisada são evidenciados pela a ausência de efetivação de políticas publicas, bem como de serviços públicos oferecidos a população, como: abastecimento de água tratada para consumo humano, saneamento básico, coleta regular de lixo, sistema de esgoto, atendimento de sáude e educação.

Os moradores da comunidade Jaranduba realizam muitas práticas relacionadas ao uso de plantas medicinais, que na maioria das vezes é a única alternativa para o tratamento de saúde, devido as dificuldades de acesso aos serviços básicos de saúde, pois para terem atendimento hospitalar é necessário se deslocarem até a sede municipal (Macapá)

Por outro lado, é necessário compreender as formas de uso e ocupação das comunidades costerias amazonicas e seus modos de vida, visando traçar alternativas que garantam melhorias na qualidade de vida da população, bem como do uso adequado do ambiente. Logo, os autores sugerem estratégias para a melhoria da situação da área de estudo, incluindo (i) a implementação de um programa de planejamento ambiental participativo que vise a diminuição da degradação ambiental e o uso adequado dos recursos naturais, (ii) o investimento em infraestrutura e serviços locais, a fim de melhorar a qualidade

de vida da população, e (III) desenvolvimento de programas de conscientização ambiental adequadas à população local.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. F.; SOUSA, I. S. Aspectos socioambientais da pesca manejada de pirarucus (*Arapaima gigas*). **Amazôn., Rev. Antropol.** (Online) 9 (1): 36 - 71, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/5483. Acesso em: 11 abr. 2018.

ANDRADE, A. P.; SOARES, S. M.; VASCONCELOS, W. B. P. **O princípio da sustentabilidade e as perspectivas para a Amazônia.** Anais: V Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2011. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/Jornada_eixo_2011/questao_ambiental_desenvolvimento_e_politicas_publicas/o_principio_da_sustentabilidade_e_as_perspectivas_para_a_amazonia.pdf. Acesso em 11 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.779.htm. Acesso em 18 abr. 2019.

CAPRA, F. Falando a linguagem da natureza: Princípios da sustentabilidade. *In:* STONE, M. K.; BARLOW, Z. (Org.). **Alfabetização ecológica:** a educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo: CULTRIX, 2006. 46-57 p.

CASTRO, E. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: DIEGUES. A.C. (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a conservação da natureza. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 165-182.

CEI, I. L. F. Condições sanitárias dos resíduos sólidos no Amapá e política adotada pelo Ministério Público do Estado. In: SIMONIAN, L. T. L. (Org.). Políticas Públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá. Belém: **NAEA**; MPEAP, 2010. Disponível em: http://www2.unifap.br/ppgdapp/files/2013/05/HELIVIA-COSTA-G%C3%93ES.pdf. Acesso em 18 abr. 2019.

CUNHA, M. C. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. **Revista de Estudos Avançados**, n. 13, p. 147-163, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000200008. Acesso em 11 abr. 2018.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DIEGUES, A. C. S. **A pesca constituindo sociedades**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004.

DORIA, C. R. C.; MACHADO NETO, L. F.; SOUZA, S. T. B.; LIMA, M. A. L. A pesca em comunidades ribeirinhas na região do médio rio Madeira, Rondônial. **Novos Cadernos NAEA**, v. 19 n. 3, p. 163-188, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/314011308a. Acesso em 10 abr. 2018.

FERNANDES, M.; GUERRA, L. **Contra Discurso do Desenvolvimento Sustentável.** 2° Ed. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006.

GIRALDI, M.; HANAZAKI, N. Uso e conhecimento tradicional de plantas medicinais no Sertão do Ribeirão, Florianópolis, SC, Brasil. **Acta bot. bras.** 24(2): 395-406. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/abb/v24n2/a10v24.pdf. Acesso em: 12 abr. 2018.

GOMES, R. K. S., TAKIYAMA, L. R., PEREIRA, L. C. C., FERREIRA, R. C. M. **Social Diagnosis and Guidelines for Coastal Management in Environmental Protection Areas of the Amazon Littoral (Amapá, Brazil).** Journal of Coastal Research. SI 64, 2011.

GOMES, R. K. S.; SILVA, M. C. L., MEDEIROS, M. M. A sustentabilidade da educação socioambiental no Assentamento do Anauerapucu, Amazônia Amapaense. **REMEA**, 2015. Disponível em: https://periodicos.furg.br/remea/article/view/5093. Acesso em: 10 abr. 2018.

GONÇALVES, D. B. Desenvolvimento sustentável: o desafio da presente geração. **Revista espaço acadêmico**, N. 51, agosto de 2005. Disponível em: http://danielbertoli.synthasite.com/resources/textos/texto16.pdf. Acesso em: 14 fev. 2019.

GUNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus Pesquisa quantitativa: esta é a questão. **Revista psicologia**: teoria e pesquisa, v.22, 2006.

LIRA, T. M.; CHAVES, M. P. S. R. Comunidades Ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/inter/v17n1/1518-7012-inter-17-01-0066.pdf. Acesso em: 07 Set. 2017.

LOUREIRO, V. R. **A Amazônia no século XXI**: novas formas de desenvolvimento. 1ª Ed. São Paulo: Empório do Livro, 2010. 279 p.

MAGALHÃES, M. A. **Saneamento básico: direito do cidadão, dever do estado.** Caratinga: Diário de Caratinga, 2015. Disponível em: https://diariodecaratinga.com.br/?p=7843. Acesso em 10 abr. 2018.

MAUÉS, R. H. Por que uma Agenda 21 para a Amazônia? In: ARAGÓN, L. E. (Org.). **Debates sobre a Agenda Amazônia 21.** Belém: UNAMAZ, 2000. p. 31-40.

MELO JÚNIOR, L. C. M.; TOURINHO, M. M.; SAYAGO, D. A. V.; PALHA, M. D. C. Uso de recursos naturais por comunidades ribeirinhas amazônicas: bases para as políticas de concessões florestais. **Novos Cadernos NAEA**, v. 16, n. 1, p. 79-100, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1067/1776. Acesso em: 20 out. 2018.

MORAES, A. O.; SCHOR, T.; GOMES, J. A. A. Relações de trabalho e transporte na pesca de Bagres no rio Solimões – AM. **Novos Cadernos NAEA**, v. 13, n. 1, p. 155-170, jul. 2010. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/450/698. Acesso em: 05 jul. 2018.

MOTA NETO, J. C.; OLIVEIRA, I. A. de. Saberes da terra, da mata e das águas, saberes culturais e educação. In: OLIVEIRA, I. A. de (Org.). **Cartografias ribeirinhas**: saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizandos amazônidas. Belém: CCSE-UEPA, 2004.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, v.26. n.74, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a05v26n74.pdf. Acesso em: 22 out. 2018.

PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da Etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010. DOI: http://dx.doi.org/10.5380/dma.v22i0.16054. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/made/article/view/16054/13504. Acesso em: 05 out. 2018.

PEREIRA, L. C. C.; MONTEIRO, M. C.; GUIMARÃES, D. O.; MATOS, J. B.; COSTA, R. M. . Seasonal effects of wasterwater to the water quality of the Caeté river estuary, Brazilian Amazon. Anais da Academia Brasileira de Ciências (Impresso), v. 82, p. 467-478, 2010.

RODRIGUES, V. E. G.; CARVALHO, D. A. Levantamento etnobotânico de plantas medicinais do domínio cerrado na região do Alto Rio Grande, Minas Gerais. **Ciênc. Agrotec**., Lavras, v.25, n.1, p.102-123, jan./fev., 2001. Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/FLO_Etnob_Cerrado_MGID-0zWHltLEGY.pdf.Acesso em 20 abr. 2018.

SACHS, I. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SILVA, I. R. ; PEREIRA, L. C. C.; TRINDADE, W. N.; MAGALHÃES, A. ; COSTA, R. M. Natural and anthropogenic processes on the recreational

activities in urban Amazon beaches. **Ocean & Coastal Management**, v. 76, p. 75-84, 2013.

SIMONIAN, L. T. L. et al. Floresta Nacional do Amapá: um histórico breve, políticas públicas e (in) sustentabilidade. In: SIMONIAN, L. T. L. (Org.). Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá. Belém: **NAEA**; MPEAP, 2010. P. 115-180. Disponível em: http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/323. Acesso em 18 abr. 2019.

SZLAFSZTEINL, C. F. The Brazilian Amazon coastal zone management: implementation and development obstacles**. Coastal Conservation**, 16, p. 335–343, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Claudio_Szlafsztein/publication/286129033_Implementation_of_the_coastal_zone_management_in_the_Brazilian_Amazon/links/569cf08108ae8f8ddc70f40c/Implementation-of-the-coastal-zone-management-in-the-Brazilian-Amazon.pdf. Acesso em 18 abr. 2019.

TEISSERENC, P. Reconhecimento de saberes locais em contexto de ambientalização. **Novos Cadernos NAEA,** v. 13, n. 2, p. 5-26, dez. 2010. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/473.Acesso em 06 jul. 2018.

VÁSQUEZ, S. P.; MENDONÇA, M. S.; NODA, S. N. Etnobotânica de plantas medicinais em comunidades ribeirinhas do município de Manacapuru, Amazonas, brasil. **Acta Amazônica**, vol. 44(4), 2014. p. 457 – 472. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0044-59672014000400007.Acesso em 13 abr. 2018.

VEIGA, I. P. A. Perspectivas para reflexão em torno do Projeto político pedagógico. *In*: VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. (Orgs.). **Escola**: espaço do projeto político pedagógico. 13. ed. Campinas: Papirus, 2008.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: 4.ª edição: Bookman, 2010.